

Agora, “atitudes mais ousadas”

Num documento da CUT que publicamos há algum tempo, falava-se no “próximo período”. A líder do movimento dos funcionários públicos federais no Distrito Federal, que seguramente está por detrás da ocupação do Ministério do Trabalho, disse que não se pode mais confiar no governo e que o que se deve fazer, “mesmo, é tomar atitudes mais ousadas”. Teria o “próximo período” chegado antes das eleições, e as operações a ele inerentes começado contra a ministra do Trabalho, srá. Dorothea Werneck, que sabidamente vota em Covas?

Não se deve fazer grande alarido em torno dessa ocupação, que se reveste de muitos aspectos de piquenique, com alguns desconfortos próprios de *campings* mal estruturados. Nem por isso, no entanto, deve fazer-se vistas grossas ao fato de o método de ocupação das fábricas ter sido transferido para o âmbito do Poder Público. Se a ministra está vexada, e exige que os funcionários desocupem o ministério para que se iniciem negociações, e se eles, por outro lado, insistem em que ela faz parte de um governo desacreditado (palavras de d. Maria Laura Pinheiro), como se resolverá a questão, quando os grevistas exigem aumento de 151,54% (muito próximo do que o TST confirmou para o Banco do Brasil) e o governo oferece apenas 26%, depois de haver convencido a Companhia Siderúrgica Nacional a fazer uma antecipação de 52% antes do julgamento do dissídio coletivo? Nas empresas privadas, mesmo quando a Justiça determina a imissão dos proprietários na posse de suas fábricas ocupadas por grevistas, o Poder Público aguarda a melhor oportunidade para ver se os trabalhadores se cansam e, na calada da noite, sem que ninguém suspeite, possa cumprir-se a decisão judicial

— que assim é executada como se fosse um ato ilícito que dovesse ser praticado à sorrelfa. Quando se ocupa um próprio público, que por definição não pode ser tomado *grevisticamente*, que fará o governo? Seguramente, no estilo Sarney, vigiará cuidadosamente o prédio e esperará que os grevistas concedam à ministra do Trabalho o direito de conversar com eles, em suas condições! Convenha-se, ao mesmo tempo, em que oferecer 26%, quando se determina à CSN que dê 52% e o TST confirma 151%, é fazer pouco da inteligência alheia.

O que cabe assinalar não é o fato de o governo sentir na pele, em Brasília, o que é uma ocupação de *fábrica*, a “perda do terreno”, que só pode ser reconquistado com o uso da força amparada na autoridade da lei. Quando coisas desse tipo sucedem na iniciativa privada, os delegados do governo intervêm para pôr panos quentes na situação. Agora, devem defrontar-se com a situação e resolvê-la — a menos que se transfira o Ministério do Trabalho para outro prédio, que em seguida será ocupado e assim por diante...

O importante a ressaltar é que o “próximo período” parece estar próximo, pois contra o governo só cabem “atitudes mais ousadas”. Elas já são ousadas, aliás. No dia em que se ocupava o Ministério do Trabalho, funcionários do DNER, pelo segundo dia consecutivo, ocupavam a Rodovia Presidente Dutra nas imediações do Rio de Janeiro, paralisando o tráfego nessa estrada vital para a economia — para não dizer para a segurança nacional. Reivindicam os famosos 151%. De forma a indicar que havia sincronização, os trens da Rede Ferroviária Federal também pararam — no Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Norte Fluminense e região de Juiz de Fora. Liderando o movimento

dos ferroviários — que reivindicam 90,83% de reposição salarial — está um veterano dirigente sindical, hoje filiado ao PT da mesma forma que os ocupantes do prédio do Ministério do Trabalho em Brasília.

Em Volta Redonda não foi necessário proceder à ocupação da usina da CSN: as ameaças do que poderia vir a acontecer na hipótese de não se chegar a acordo forçaram o governo a ceder. A mudança da tática sindical em Volta Redonda deve ter pesado na pressa com que se determinou o pagamento da antecipação sem saber se a companhia poderá ou não atender à determinação: ou se faz acordo ou desocupação total da usina, deixando os altos-fornos ao Deus dará.

Lentamente, mas de maneira concertada, à medida que as pesquisas eleitorais dizem que os radicais não terão vez em 15 de novembro, os movimentos grevistas vão cercando o governo. Agora, não se faz greve, ficando em casa, nas cidades satélites ou no Plano Piloto. Ocupam-se ministérios, constrangendo física e politicamente os ministros. É o “próximo período” que se aproxima, com a decisão de adotar “atitudes mais ousadas” se o governo não ceder. Ele não pode ceder, aliás, por mais que seja tentado a fazê-lo: não acaba, o Executivo, de pedir autorização ao Congresso para emitir títulos da dívida pública com correção cambial para pagar o funcionalismo público, em porcentuais estimados pela Seplan e não pelos grevistas do PT e da CUT? O Estado faliu — e por saber disso, e louvando-se no princípio de que a audácia ajuda a fortuna, os dirigentes petistas em diferentes setores da atividade estatal começaram a adotar atitudes mais ousadas. Deus queira que não seja este o início do “próximo período” com que a CUT ameaçou a democracia.